



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Relatório e Contas



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Índice



Índice

1. Introdução.....	6
2. Organização do Município.....	9
2.1 - Assembleia Municipal.....	9
2.2 - Câmara Municipal.....	9
3. Participações do Município.....	13
3.1 – Participações Societárias.....	13
3.2 - Entidades Não Societárias.....	16
4. Endividamento.....	20
5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	25
6. Análise Económico-Financeira.....	27
6.1 – Balanço.....	27
6.2 – Demonstração de Resultados.....	29
7. Análise Orçamental.....	32
7.1 - Execução Global do Orçamento.....	32
7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento.....	34
7.3 - Execução do Orçamento da Receita.....	37
7.4 - Execução do Orçamento da Despesa.....	40
7.5 - Grandes Opções do Plano.....	44
7.6 - Serviço da Dívida.....	46
7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	47
7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	48
8. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	52
Introdução.....	52
8.1 - Caracterização da Entidade.....	53
8.1.1 - Identificação.....	53
8.1.2 - Legislação.....	53
8.1.3 - Estrutura Organizacional Efetiva.....	53
8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades.....	54
8.1.5 - Recursos Humanos.....	54
8.1.6 - Organização Contabilística.....	55
8.1.7 - Outras Informações Relevantes.....	56
8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	57
8.2.1 - Derrogação das Disposições do POCAL.....	57
8.2.2 - Comparabilidade.....	57
8.2.3 - Critérios Valorimétricos.....	57
8.2.7 - Movimentos do Ativo Imobilizado.....	60
8.2.8 - Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado.....	63
8.2.13 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira.....	63
8.2.14 - Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.....	63
8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	64
8.2.16 - Investimentos Financeiros.....	64
8.2.22 - Valor Global das Rubricas de Cobrança Duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço.....	65



8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança.....	65
8.2.27 - Provisões e Passivos Contingentes.....	65
8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço.....	66
8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	68
8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros.....	68
8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	68
8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	68
8.3.1.- Modificações ao Orçamento.....	68
8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal.....	68
8.3.3 - Contratação Administrativa – Situação dos Contratos.....	69
8.3.4 - Transferências.....	69
8.3.6 - Endividamento.....	69
9 - Informações.....	71
9.1 - Redução dos pagamentos em atraso.....	71
9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).....	71
9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM).....	71
Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade.....	74
Anexo 2 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local.....	75
Anexo 3 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março.....	76
Anexo 4 - Organograma.....	77
Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto.....	78
Anexo 6 - Mapa Síntese dos Bens Inventariados.....	79
Anexo 7 - Mapa das Amortizações.....	80
Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Financeiros.....	81
Anexo 9 – Demonstração dos Resultados Extraordinários.....	82
Anexo 10 – Declaração de Responsabilidade.....	83



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Introdução



1. Introdução

Com o Relatório de Gestão que agora se apresenta, pretende-se efetuar uma análise ao Município de Vale de Cambra no ano de 2016, designadamente ao nível da sua gestão, considerando essencialmente aspetos contabilísticos, económicos e financeiros.

Aquela análise tem por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2015.

Também se apresentam informações que possuem os seus alicerces em documentos contabilísticos que possuem um carácter predominantemente patrimonial, como é o caso de documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Fluxos de Caixa, entre outros.

Assim, os indicadores de gestão relacionados tanto com a receita como com a despesa são objeto de explicitações pormenorizadas no presente relatório.

Relativamente à estrutura da primeira, e concretamente, efetuam-se análises quanto aos seus aspetos globais, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental. No que concerne à despesa, os critérios de apresentação seguem caminhos semelhantes aos utilizados aquando da apresentação da receita. Ainda assim, procede-se à adição de análises mais detalhadas e referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Efetua-se também uma comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista proceder ao apuramento do valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2017, procedendo sempre de acordo com a legislação em vigor.

Para cumprimento do desiderato essencial do presente relatório – informação coerente, útil e fiável, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em mais oito pontos, que se juntam à presente introdução:

O primeiro ponto relativo à organização do município, ao nível da Assembleia Municipal e



da Câmara Municipal;

No segundo ponto são analisadas as participações do município no que diz respeito às participações societárias e às entidades não societárias;

O endividamento e suas implicações é devidamente explicado no terceiro ponto;

No quarto ponto é efetuada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício, de acordo com o preceituado na Lei;

A análise económico-financeira está remetida para o quinto ponto, com a apresentação e apreciação do balanço e da demonstração de resultados;

No sexto ponto é efetuada a análise orçamental, com apreciação das execuções orçamentais da receita e da despesa, do serviço da dívida, a apresentação de rácios e o resumo dos fluxos de caixa.

O sétimo ponto é dedicado aos anexos às demonstrações financeiras e, finalmente, apresentam-se informações relevantes diversas no oitavo ponto.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2016 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Organização do Município



2. Organização do Município

2.1 - Assembleia Municipal

Conforme o estipulado pela legislação em vigor, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 28 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 7 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

- Rui Manuel Martins de Almeida Leite - Presidente
- Jorge Manuel dos Santos Silva - 1.º Secretário
- Susana Maria da Cruz Tavares Ferreira - 2.º Secretário

2.2 - Câmara Municipal

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara Municipal tem a seguinte constituição:

PRESIDENTE

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Obras Municipais:

Empreitadas

Obras por Administração Direta

- Proteção Civil

- Juntas de Freguesia

- Ordenamento do Território

- Estudos e Projetos

- Informação Geográfica

- Gestão de Candidaturas

- Indústria

- Empreendedorismo e Apoio ao Emprego

- Imprensa e Relações Públicas

- Turismo

- Toponímia



- Rede Viária, Trânsito e Sinalização
- Manutenção de Equipamentos Municipais
- Segurança dos Equipamentos Municipais
- Ambiente:
 - Águas e Saneamento
 - Jardins e Espaços Verdes
 - RSU
 - Proteção Florestal
 - Ruído

VEREADORES

António Alberto Almeida de Matos Gomes

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Administração e Finanças
- Património Imobiliário
- Expropriações
- Execuções Fiscais
- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras
- Obras Particulares
- Sanidade Animal e Pecuária
- Iluminação Públicas
- Gestão de Viaturas

Maria Catarina Lopes Paiva

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Ação Social
- Educação
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares
- Informática



- Modernização Administrativa/Qualidade
- Núcleo de Atas
- Recursos Humanos
- SAM
- Saúde

Daniela Sofia Paiva da Silva

Despacho 5/P/2013, de 23 de Outubro

- Associativismo
- Cultura
- Desporto
- Equipamentos Culturais e Desportivos
- Juventude
- Património e Museus
- Metrologia
- Defesa do Consumidor

José António Bastos da Silva *(sem pelouro atribuído)*

Elisabete Soares Moreira da Rocha *(sem pelouro atribuído)*

Nelson da Silva Martins *(sem pelouro atribuído)*



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Participações do Município



3. Participações do Município

3.1 – Participações Societárias

O Município de Vale de Cambra detém participações sociais nas empresas e outras entidades discriminadas nos quadros abaixo e pelos valores neles expressos.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL) passam a entrar no perímetro de consolidação deste Município a Ersuc e a Município, como entidades societárias.

Pese embora o Município de Vale de Cambra não apresente contas consolidadas, estas participações devem ser contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Entidades participadas valorizadas pelo MEP:

Un.: Euros (€)					
DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2016	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2016	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2016
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	26 615,56	0,80%	3 352 799,46	3 326 944,70	7 836,67
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	588 631,60	1,13%	61 941 944,00	51 969 552,00	205 838,00

Aplicação do MEP à participação do Município na VCP – Parque de Estacionamento, S.A.:

Un.: Euros (€)					
DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 30.06.2016	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	CAPITAIS PRÓPRIOS A 30.06.2016	RESULTADO LÍQUIDO A 30.06.2016
VCP – Parque de Estacionamento, S.A.	0,00	49,00%	-1 580 959,06	-1 425 148,06	-209 629,68

À data do fecho de contas do Município não foram disponibilizadas as contas finais da participada VCP – Parque de Estacionamento, S.A., pelo que foi mantida a valorização registada em junho de 2016, data das últimas contas disponibilizadas pela participada.

Importa salientar que as contas da Associação de Municípios Terras de Santa Maria não



se encontram aprovadas à data da elaboração deste Relatório.

Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2016
Municipia – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	25 845,12	972,53	62,69	-	26 615,56
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	701 583,60	-66 630,63	2 331,42	-	588 631,60

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 30.06.2016
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.	0,00	179 065,93	-	102 718,54	0,00

Valorização ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%

Especificamente no que diz respeito à VCP – Parque de Estacionamento, S.A., em 2015, veio a VCP, através de ofício datado de 13 de março, requerer a constituição de tribunal arbitral, “com vista à submissão a tal Tribunal do diferendo relativo à situação de desequilíbrio económico-financeiro em que se encontra a Concessão”. Do acórdão daquele Tribunal de 31 de março de 2016, foi o município de Vale de Cambra condenado



a pagar a quantia de 6.489.994,80euros, a título de indemnização e juros moratórios vencidos até 31 de dezembro de 2014, ao que acrescem os juros moratórios vencidos desde 31 de dezembro de 2014. A esse quantitativo acresce o dos suprimentos contabilisticamente comprovados que o acionista privado da Demandante tenha realizado em data posterior a 31 de dezembro de 2014, e respetivos juros moratórios.

Foi ainda determinada a resolução do contrato de Concessão, Execução e Exploração do Parque de Estacionamento Subterrâneo e de Superfície celebrado em 17 de fevereiro de 2009.

Não obstante ser política do Município apresentar os Investimentos Financeiros relevantes aplicando o método da equivalência patrimonial (MEP), retratando a quota parte do Capital Próprio das participadas nos Investimentos Financeiros do Município, à data do fecho de contas do Município não foram disponibilizadas as contas finais da participada VCP – Parque de Estacionamento, S.A., pelo que foi mantida a valorização registada em junho de 2016, data das últimas contas disponibilizadas pela participada.

De facto, e não obstante a já referida decisão do Tribunal Arbitral, o parque de estacionamento continua, ainda à data da elaboração do presente relatório, a ser explorado pela empresa VCP, ainda não se verificou a passagem do imobilizado para o município e as receitas inerentes à gestão não dão entrada nos cofres municipais.

Verificou-se ainda uma ação administrativa para execução da sentença atrás mencionada, tendo sido encetadas negociações de forma a suspender a mesma, verificando-se já no ano de 2017 um pagamento de 800.000,00euros a título de abatimento do valor inerente à condenação já referida.

Via fax recebido a 3 de abril de 2017, o Tribunal de Contas informou que relativamente ao contrato de financiamento para a execução da sentença (no caso, com um valor de 7.500.000,00euros), o mesmo se deve considerar tacitamente visado.

Assim, decorrem, na data de elaboração do presente relatório reuniões para liquidação da empresa VCP e consequente dissolução da mesma.



3.2 - Entidades Não Societárias

O impacto da aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (AMTSM) pode ser apresentado da seguinte forma:

Valorização pelo MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2016	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2016	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2016
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	756 268,27	20%	3 873 705,65	3 781 341,31	-142 275,75

Impacto da aplicação do MEP:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2015	AJUSTAMENTOS DE CAPITAL	PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	VALOR DA PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2016
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	774 741,14	9 982,28	28 455,15	756 268,27

Outras Entidades Não Societárias

Relativamente às outras entidades não societárias, apresentadas abaixo, o Município não tem registadas quaisquer participações financeiras, tendo todas as transferências efetuadas sido registadas como custos do período.

Área Metropolitana do Porto
Foersp
ANMP
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
ADRIMAG (Associação Desenvolvimento Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
Energiaia – Agência Energia Sul Área Metropolitana do Porto



Fluxos Financeiros

No ano 2016 os fluxos financeiros do Município para as entidades em que participa, por transferências e subsídios ascenderam a:

Entidade	Valor
AMP - Área Metropolitana do Porto	
<u>Quotização</u>	<u>34.245,00€</u>
FORESP - Associação para a Formação e Especialização Tecnológica	
<u>Acordo de Colaboração</u>	<u>36.000,00€</u>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	
<u>Quotização</u>	<u>4.781,35€</u>
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	
<u>Quotização</u>	<u>1.500,00€</u>
AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria	
<u>Transferências – Atividades</u>	<u>291.270,58€</u>
ADRIMAG - Assoc. Desenv, Rural, Int. Serras Montemuro, Arada e Gralheira	
<u>Quotização</u>	<u>6.000,00€</u>
ENERGAIA - Agência de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	
<u>Quotização – Atividades</u>	<u>10.713,20€</u>



Os fluxos financeiros das entidades participadas para o Município, por dividendos foram os seguintes:

Entidade	Valor
Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro,SA (Dividendos)	<u>1.352,92€</u>
Municípi a - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA (Dividendos)	<u>264,79€</u>
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, SA (Dividendos)	<u>48.652,79€</u>

O Mapa das Participações da Entidade, com maior detalhe sobre cada uma das participadas, encontra-se em anexo – anexo 1.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Endividamento



4. Endividamento

A preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do documento n.º 26 da prestação de contas de 2016, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 7.6 – Serviço da Dívida do presente relatório.

O impacto ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos tem confirmado todo o processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram introduzidas alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

Relativamente ao endividamento o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Neste sentido, por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.



Por outro lado, com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Face ao exposto e de acordo com o resumo da conjuntura legal apresentado, justifica-se a análise do endividamento nos termos a seguir apresentados devendo ter-se presente que o Município de Vale de Cambra cumpriu aquele pressuposto.

**TOTAL DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO + PARTICIPADAS À DATA DE 31/12/2016**

Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2013	12 092 908,83
	2014	12 795 865,36
	2015	13 131 905,28
TOTAL		38 020 679,47
Valor de referência		12 673 559,82
Limite máximo 150% a 31/12/2016		19 010 339,74

Balanço - a 31/12/2016 – Município

		Divida na totalidade
Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo		
	Empréstimos de médio e longo prazo	5 591 449,19 €
	Fornecedores cc	- €
	SubTotal	5 591 449,19 €
Dividas a terceiros Curto Prazo		
	Fornecedores conta corrente	398 771,91 €
	Fornecedores imobilizado	91 008,50 €
	Estado e Outros Entes Públicos	69 570,12 €
	Credores pela execução do Orçamento	- €
	Administração Autárquica	- €
	Outros Credores	2 279 354,78 €
	SubTotal	2 838 705,31 €
	TOTAL	8 430 154,50 €
	Operações de Tesouraria	650 587,81 €
	FAM	521 792,82 €
	Total divida de operações orçamentais Município	7 257 773,87 €
	% da divida para o limite máximo	38,18%
	% da divida como referência a média das receitas	57,27%
	Total dividas das entidades	3 217 225,41 €
	Total divida do Município + Participadas à data de 31/12/2016	10 474 999,28 €
	% da divida Total para o limite máximo	55,10%
	% da divida como referência a média das receitas	82,65%
	Margem Positiva	8 535 340,45 €
	Artigo 52º Lei 73/2013 (20% Margem)	1 707 068,09 €



Importa ainda, e tendo em consideração o previsto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, ter presente a execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Nesse sentido, a mesma é apresentada em anexo – anexo 2.

Durante o ano de 2014, foi elaborado e apresentado à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nomeadamente na reunião de 2 de dezembro de 2014 e sessão de 15 de dezembro de 2014, respetivamente, um Relatório de Auditoria à Situação Financeira ao Município de Vale de Cambra reportado a 31 de outubro de 2013 que evidencia a existência de passivos contingentes que, a tornarem-se responsabilidades efetivas, poderão traduzir-se em aumento futuro de endividamento.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Proposta de aplicação do RLE



5. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Em conformidade com as demonstrações financeiras apresentadas, foi apurado um **Resultado Líquido positivo** no valor de **2.318.762,85 €**.

Considerando que o valor do Património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, conforme estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, o Orgão Executivo propõe a seguinte distribuição de resultados:

Reserva Legal – 115.938,14€ (5% do Resultado Líquido do Exercício)

Resultados Transitados – 2.202.824,71€.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Análise Económico-Financeira



6. Análise Económico-Financeira

6.1 – Balanço

O Balanço e o sistema contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de dezembro de 2016.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2016, bem como a comparação com o ano de 2015.

QUADRO N.º 1 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

DESCRIÇÃO	2015		2016		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Total Ativo	81 748 453,92		81 699 041,27		-49 412,65	-0,06%
Imobilizado	77 554 424,94	94,87%	76 564 164,26	93,71%	-990 260,68	-1,28%
Circulante						
Existências	255 115,53	0,31%	199 157,36	0,24%	-55 958,17	-21,93%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	377 320,81	0,46%	319 432,15	0,39%	-57 888,66	-15,34%
Disponibilidades	3 189 224,59	3,90%	4 291 260,10	5,25%	1 102 035,51	34,55%
Acréscimos e Diferimentos	372 368,05	0,46%	325 027,40	0,40%	-47 340,65	-12,71%
Fundos Próprios	50 562 440,06		53 027 866,88		2 465 426,82	4,88%
Património	20 788 259,64	41,11%	20 811 649,64	39,25%	23 390,00	0,11%
Ajustamento de Partes de Capital Em Empresas	1 399 612,39	2,77%	1 523 002,51	2,87%	123 390,12	8,82%
Reservas Legais	1 547 823,90	3,06%	1 604 552,08	3,03%	56 728,18	3,67%
Subsídios	317 785,24	0,63%	317 785,24	0,60%	0,00	-%
Doações	210 733,39	0,42%	213 658,39	0,40%	2 925,00	1,39%
Resultados Transitados	25 163 662,00	49,77%	26 238 456,17	49,48%	1 074 794,17	4,27%
Resultado Líquido do Exercício	1 134 563,50	2,24%	2 318 762,85	4,37%	1 184 199,35	104,37%
Passivo	31 186 013,86		28 671 174,39		-2 514 839,47	-8,06%
Provisões para Riscos e Encargos	1 691 669,94	5,42%	1 924 473,55	6,71%	232 803,61	13,76%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5 395 712,97	17,30%	3 993 301,27	13,93%	-1 402 411,70	-25,99%
FAM – médio e longo prazo	521 792,82	1,67%	417 433,82	1,46%	-104 359,00	-20,00%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	4 270 530,37	13,69%	4 019 419,41	14,02%	-251 110,96	-5,88%
Acréscimos e Diferimentos	19 306 307,76	61,91%	18 316 546,34	63,88%	-989 761,42	-5,13%
Total Fundos Próprios e Passivo	81 748 453,92		81 699 041,27		-49 412,65	-0,06%

O ativo líquido registou no final de 2016 uma diminuição de 0,06%.

No que diz respeito ao passivo, mais concretamente no que toca às Dívidas a Terceiros



de Curto Prazo, de forma a permitir a comparabilidade o lançamento dos Empréstimos a Curto Prazo foi, no quadro anterior, considerado como na sua origem, ou seja como Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

Assim sendo, nota-se o elevado esforço do pagamento de dívida que se traduziu no valor de 1.757.881,65€.

Em anexo (anexo 3) constam declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2016 uma diminuição no valor das existências e uma redução substancial dos valores a receber de Outros Devedores.

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos e justificam a evolução desta conta no ativo.

O Passivo totalizou a importância de 28.671.174,39€, registando uma diminuição relativamente ao ano anterior, no valor de 2.514.839,47€.

Esta diminuição reflete essencialmente o comportamento das contas do passivo de dívidas a terceiros e os acréscimos e diferimentos.

Assim, a rubrica que em 2016 tem maior peso e apresenta uma ligeira diminuição são os acréscimos e diferimentos que totalizam o montante de 18.316.546,34€. Estes acréscimos e diferimentos de natureza passiva estão igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes.

Em 2016 os acréscimos e diferimentos refletidos no passivo correspondem a :



- Custos com Remunerações a Liquidar no exercício de 2017 (553.363,99€);
- Outros acréscimos de custos (50.106,71€);
- Subsídios obtidos por conta de investimento realizado (17.639.390,10€).
- Outros proveitos diferidos (73.685,54€).

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final de 2016 o valor de 53.027.866,88€, valor superior em 4,88% face ao verificado no exercício anterior, o que se deveu essencialmente a variação nas contas 55 – Ajustamentos de Partes de Capital e na conta 88 – Resultado líquido do exercício.

6.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2016. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2016, um aumento face ao ano transato, com um montante de 2.318.762,85€.

Verificou-se um aumento de 0,63% nos proveitos face a 2015, bem como uma diminuição de 7,91% nos custos e perdas.

**QUADRO N.º 2– ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO**

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2015		2016		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas (E)	13 778 885,12		12 688 754,60		-1 090 130,52	-7,91%
Total dos Custos Operacionais (A)	12 921 706,15	93,78%	12 256 826,96	96,60%	-664 879,19	-5,15%
Total dos Custos Financeiros (C)	382 203,27	2,77%	240 847,13	1,90%	-141 356,14	-36,98%
Total dos Custos Extraordinários	474 975,70	3,45%	191 080,51	1,51%	-283 895,19	-59,77%
Resultado Líquido do Exercício	1 134 563,50		2 318 762,85		1 184 199,35	104,37%
Proveitos e Ganhos (F)	14 913 448,62		15 007 517,45		94 068,83	0,63%
Total dos Proveitos Operacionais (B)	13 805 778,55	92,57%	13 648 685,46	90,95%	-157 093,09	-1,14%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	58 474,13	0,39%	56 801,41	0,38%	-1 672,72	-2,86%
Total dos Proveitos Extraordinários	1 049 195,94	7,04%	1 302 030,58	8,68%	252 834,64	24,10%
Resultados Operacionais (B-A)	884 072,40		1 391 858,50		507 786,10	57,44%
Resultados Financeiros (D-C)	-323 729,14		-184 045,72		139 683,42	-43,15%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	560 343,26		1 207 812,78		647 469,52	115,55%
Result. Líq. do Exercício (F- E)	1 134 563,50		2 318 762,85		1 184 199,35	104,37%

Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2016, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 15.007.517,45€ e de custos incorridos de 12.688.754.60€.

Como se pode verificar, as atividades operacionais e correntes contribuem na formação desse ganho, com um resultado de 1.391.858,50€ e 1.207.812,78€, respetivamente.

Verifica-se pois, que tanto do lado dos custos como do lado dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 96,60% e 90,95%, respetivamente.

Em 2016, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 184.045,72€, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 1.207.812,78€.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Análise Orçamental



7. Análise Orçamental

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2016.

Assim, apresenta-se tanto a evolução da situação económico-financeira, como a execução do orçamento no que diz respeito aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, em ambos os domínios: receitas e despesas.

Procede-se também a uma análise da evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido tal como a situação financeira do Município, tendo por base os registos existentes e os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise que se efetua possui a sua sustentação nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.

7.1 - Execução Global do Orçamento

Para uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental apresenta-se de seguida uma análise comparativa entre os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, o que permite a avaliação da fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

A estrutura orçamental firma-se em receitas correntes e receitas de capital, que suportam de igual modo diferentes tipologias de despesa, e está sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização da receita angariada, face às necessidades de despesa existentes.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a



despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2016. Sendo que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva.

QUADRO N.º 3 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
1 – Saldo da Gerência Anterior	2 580 438,13 €	2 580 438,13 €	0,00 €	100,00%
Receitas Correntes	13 235 816,00 €	13 154 554,67 €	-81 261,33 €	99,39%
Receitas de Capital	2 098 143,00 €	942 238,70 €	-1 155 904,30 €	44,91%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
2 – Total de Receitas	17 914 397,13 €	16 677 231,50 €	-1 237 165,63 €	93,09%
Despesas Correntes	11 351 788,13 €	8 576 955,44 €	-2 774 832,69 €	75,56%
Despesas de Capital	6 562 609,00 €	4 459 603,77 €	-2 103 005,23 €	67,95%
3 – Total de Despesas	17 914 397,13 €	13 036 559,21 €	-4 877 837,92 €	72,77%

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento final para o exercício foi de 17.914.397,13€, sendo o total da receita cobrada de 16.677.231,50 € e o total da despesa paga de 13.036.559,21 €.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa 13 milhões euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 72,77%, para 2016.

A taxa de execução das despesas de investimento ascendeu a 68%, tendo superado os 4 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram um peso de 75,56%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 99,39%, o que significa que do total de 13.235.816,00€ previstos arrecadar foram cobrados 13.154.554,67€, originando um desvio de (-) 81.261,33€.



No que se referem às receitas de capital, para uma previsão final de 2.098.143,00€ apenas se arrecadou 942.238,70€, ou seja 44,91% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 1.155.904,30€.

O desvio verificado deve-se, sobretudo, à diferença apurada na rubrica das vendas de bens de investimento que terminou o ano com uma taxa de execução aquém do inicialmente previsto.

7.2 - Modificações e Revisões ao Orçamento

No decorrer dos exercícios económicos são geralmente realizadas modificações orçamentais que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço ou anulação das respetivas dotações. No respeitante ao exercício de 2016 ocorreram dezoito modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

QUADRO N.º 4 – NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2016

	Un.: Número	
	MODIFICAÇÕES	REVISÕES
Orçamento da Despesa	15	2
Orçamento da Receita	1	1
Plano Plurianual de Investimentos	14	2
Plano de Atividades Municipais	9	1

Dispondo a informação relativa às modificações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as anulações a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2016, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

**QUADRO N.º 5 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2016**

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		MODIFICAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Despesas Correntes	10 935 800,00 €	64,83%	1 537 838,13 €	1 121 850,00 €	11 351 788,13 €	63,37%
01 Despesas com o pessoal	4 336 600,00 €	25,71%	240 500,00 €	60 500,00 €	4 516 600,00 €	25,21%
02 Aquisição de bens e serviços	3 990 650,00 €	23,66%	647 200,00 €	555 850,00 €	4 082 000,00 €	22,79%
03 Juros e outros encargos	102 300,00 €	0,61%	22 500,00 €	0,00 €	124 800,00 €	0,70%
04 Transferências correntes	1 072 200,00 €	6,36%	92 700,00 €	5 500,00 €	1 159 400,00 €	6,47%
06 Outras despesas correntes	1 434 050,00 €	8,50%	534 938,13 €	500 000,00 €	1 468 988,13 €	8,20%
Despesas de Capital	5 933 159,00 €	35,17%	2 549 400,00 €	1 919 950,00 €	6 562 609,00 €	36,63%
07 Aquisição de bens de capital	3 675 600,00 €	21,79%	2 513 550,00 €	1 899 950,00 €	4 289 200,00 €	23,94%
08 Transferências de capital	133 050,00 €	0,79%	35 350,00 €	20 000,00 €	148 400,00 €	0,83%
09 Ativos financeiros	104 509,00 €	0,62%	0,00 €	0,00 €	104 509,00 €	0,58%
10 Passivos financeiros	2 020 000,00 €	11,97%	500,00 €	0,00 €	2 020 500,00 €	11,28%
Total	16 868 959,00 €	100,00%	4 087 238,13 €	3 041 800,00 €	17 914 397,13 €	100,00%

Do exposto no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 4.087.238,13€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 3.041.800,00€.

Conclui-se ainda que, da leitura dos números apresentados no mesmo quadro verifica-se ainda que houve necessidade de um reforço orçamental de 1.045.438,13€, resultado da variação do valor global do orçamento inicial face ao orçamento final.

Verifica-se ainda que este resultado deveu-se à necessidade de financiamento das despesas de capital que face ao valor inicialmente orçamentado tiveram um reforço de 629.450,00€.

As despesas correntes apresentaram um aumento de 415.988,13€.



Ainda relativamente às despesas de capital, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Nas rubricas do orçamento da receita foram realizadas duas modificações fruto de uma revisão e de uma alteração da modificação realizadas durante o exercício de 2016, como a seguir se apresenta:

QUADRO N.º 6 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2016

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÃO INICIAL		REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Receitas Correntes	13 235 816,00 €	78,46%	0,00 €	0,00 €	13 235 816,00 €	73,88%
01 Impostos diretos	3 640 150,00 €	21,58%	0,00 €	0,00 €	3 640 150,00 €	20,32%
02 Impostos indiretos	124 350,00 €	0,74%	0,00 €	0,00 €	124 350,00 €	0,69%
04 Taxas, multas e outras penalidades	283 800,00 €	1,68%	0,00 €	0,00 €	283 800,00 €	1,58%
05 Rendimentos de propriedade	861 600,00 €	5,11%	0,00 €	0,00 €	861 600,00 €	4,81%
06 Transferências correntes	6 658 716,00 €	39,47%	0,00 €	0,00 €	6 658 716,00 €	37,17%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 429 200,00 €	8,47%	0,00 €	0,00 €	1 429 200,00 €	7,98%
08 Outras receitas correntes	238 000,00 €	1,41%	0,00 €	0,00 €	238 000,00 €	1,33%
Receitas de Capital	3 633 143,00 €	21,54%	2 580 438,13 €	1 535 000,00 €	4 678 581,13 €	26,12%
09 Vendas de bens de investimento	2 127 306,00 €	12,61%	0,00 €	1 535 000,00 €	592 306,00 €	3,31%
10 Transferências de capital	1 465 737,00 €	8,69%	0,00 €	0,00 €	1 465 737,00 €	8,18%
13 Outras receitas de capital	40 100,00 €	0,24%	0,00 €	0,00 €	40 100,00 €	0,22%
16 Saldo da gerência anterior	0,00 €	0,00%	2 580 438,13 €	0,00 €	2 580 438,13 €	14,40%
Total	16 868 959,00 €	100,00%	2 580 438,13 €	1 535 000,00 €	17 914 397,13 €	100,00%

A revisão ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 2.580.438,13€, como reforço da receita orçada. Já a alteração da modificação deveu-se a um conjunto de diminuições que totalizaram 1.535.000,00€, uma vez que as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às necessidades previstas até ao final do ano de 2016.



7.3 - Execução do Orçamento da Receita

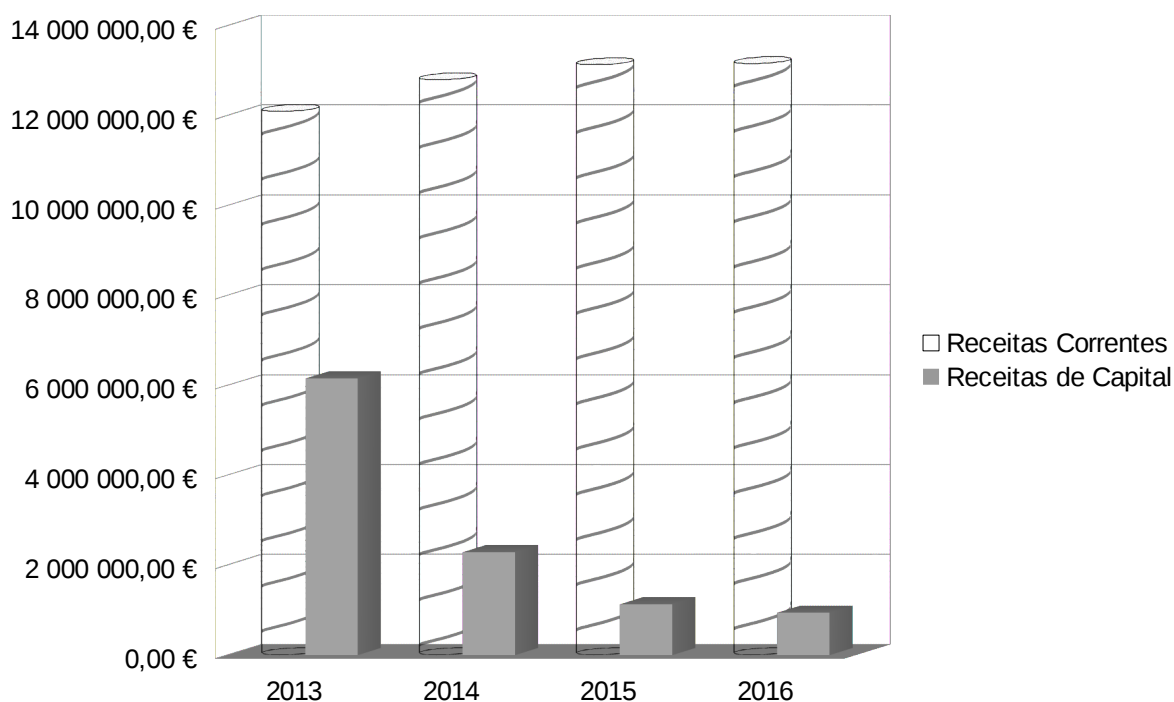
No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

QUADRO N.º 7 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2013 a 2016

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	12 092 908,83 €	66,28%	12 795 865,36 €	84,83%	13 131 905,28 €	92,08%	13 154 554,67 €	93,32%
Receitas de Capital	6 152 558,48 €	33,72%	2 288 456,36 €	15,17%	1 130 260,72 €	7,92%	942 238,70 €	6,68%
Total	18 245 467,31 €	100,00%	15 084 321,72 €	100,00%	14 262 166,00 €	100,00%	14 096 793,37 €	100,00%

GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2016



A execução da receita para o ano de 2016 foi de 14.096.793,37€, dos quais 13.154.554,67€ dizem respeito ao montante das receitas correntes e 942.238,70€ correspondem às receitas de capital executadas.



O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 93,09%, face às previsões corrigidas.

Observando-se a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade face às receitas de capital, correspondendo a um peso de 93,32% e 6,68%, respetivamente.

Da análise realizada ao biénio 2015-2016 verificamos que a receita total arrecadada pelo Município reflete uma tendência de crescimento positiva. Tal comportamento encontra-se sobretudo justificado, pela variação das receitas de “Impostos Diretos”, de natureza de capital, particularmente ao nível das “Venda de bens de investimento, “Outras Receitas de Capital” e ainda do “Saldo da Gerência Anterior”.

QUADRO N.º 8 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA			
	2013	2014	2015	2016
Impostos Diretos	3 217 404,06 €	3 593 029,94 €	3 867 152,88 €	3 908 161,85 €
Impostos Indiretos	179 688,82 €	171 181,97 €	134 000,86 €	169 888,46 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	286 299,75 €	291 005,91 €	316 021,13 €	312 083,53 €
Rendimentos de Propriedade	729 299,31 €	684 776,90 €	661 641,97 €	693 123,01 €
Transferências Correntes	5 788 344,35 €	6 411 831,63 €	6 516 617,29 €	6 479 600,09 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 412 268,98 €	1 443 336,00 €	1 433 380,19 €	1 444 929,57 €
Outras Receitas Correntes	479 603,56 €	200 703,01 €	203 090,96 €	146 768,16 €
Venda de Bens de Investimento	48 558,00 €	755 199,29 €	77 317,50 €	166 950,00 €
Transferências de Capital	3 901 305,40 €	1 513 540,16 €	1 012 217,34 €	654 957,71 €
Passivos Financeiros	2 145 858,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	56 836,82 €	19 716,91 €	40 725,88 €	120 330,99 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	1 132 903,50 €	1 511 240,65 €	1 783 386,51 €	2 580 438,13 €
Total	19 378 370,81 €	16 595 562,37 €	16 045 552,51 €	16 677 231,50 €



GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE EM 2016

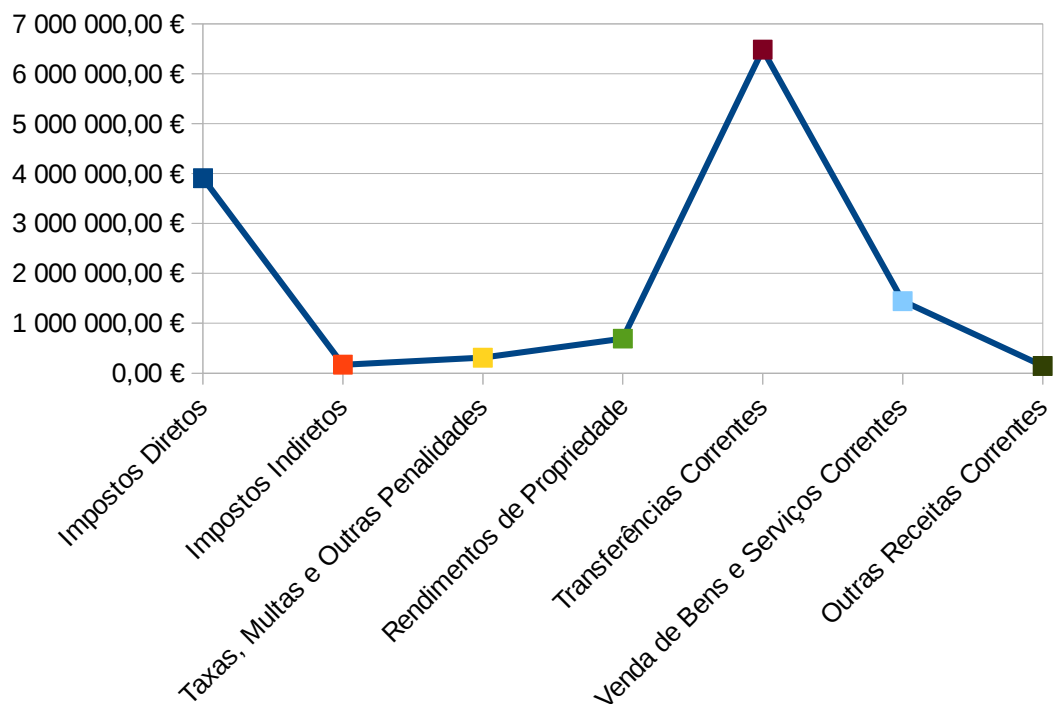
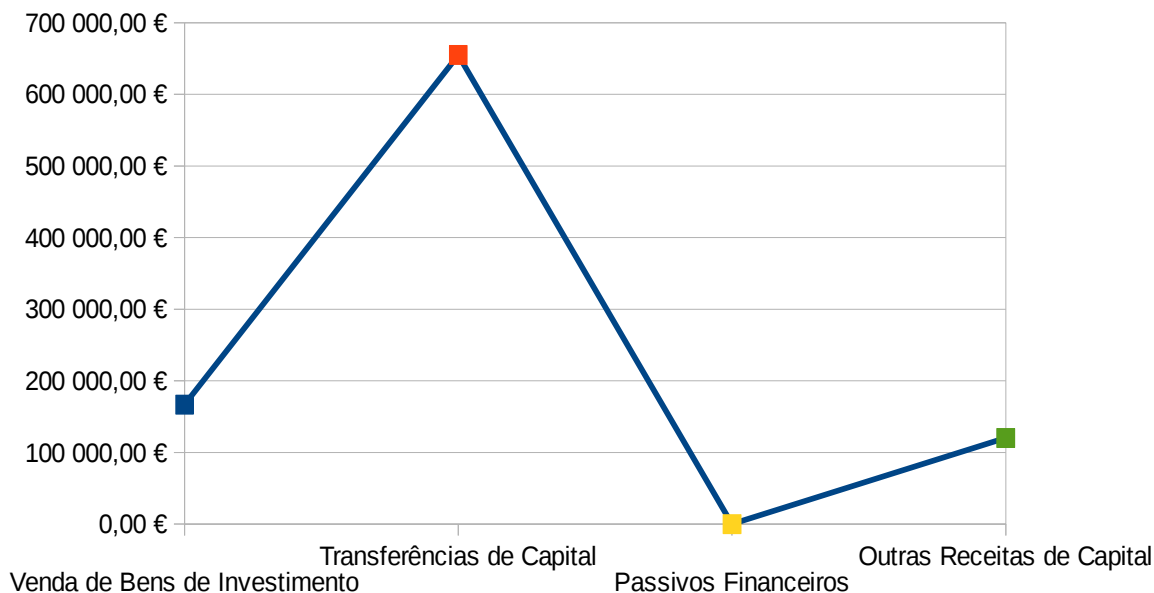


GRÁFICO N.º 3 – EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL EM 2016



Da análise ao conjunto de receitas arrecadadas, conforme se apresentam nos gráficos anteriores e no quadro n.º 8, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas



correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 6.674.954,58€. Ainda assim, as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município, alcançando em 2016 os montantes de 6.479.600,09€ e 654.957,71€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresentam maior expressividade, dado que atingem 3.908.161,85€ na gerência de 2016, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.444.929,57€.

A venda de bens de investimento resultaram numa taxa de execução de 28,2%, em 2016, resultado do peso da execução no valor de 166.950,00€ face ao montante previsto de 592.306,00€.

Das transferências efetuadas ao longo dos quatro exercícios, apresentados no quadro em análise, verifica-se a continuidade, face à gerência anterior, da diminuição em 2016 das transferências de capital, resultado ainda do fecho do anterior quadro comunitário.

Podemos concluir ainda que, excluindo-se o saldo da gerência anterior, a receita bruta cobrada em 2016 alcançou o valor de 14.096.793,37€, reiterando-se, à semelhança do que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, a primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital.

7.4 - Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, a qual é traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. Tal representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

Neste sentido e face à responsabilidade das autarquias locais em dar resposta a diversos serviços públicos da maior necessidade para as nossas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.



Atendendo à realização destes objetivos, os Municípios têm-se deparado, nos anos passados, com dificuldades financeiras, resultantes da redução das transferências provenientes do orçamento de Estado e da forte quebra das receitas próprias, obrigando a um ajustamento que passou pela redução estrutural da despesa pública municipal, através de um rigoroso controlo dos gastos, quer ao nível das despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

Assim sendo, procede-se, neste capítulo, a uma análise da despesa executada, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

QUADRO N.º 9 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2013 a 2016

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2013		2014		2015		2016	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	9 414 109,26 €	52,69%	9 135 936,89 €	61,68%	9 462 632,58 €	70,28%	8 576 955,44 €	65,79%
Despesas de Capital	8 453 020,90 €	47,31%	5 676 238,97 €	38,32%	4 002 481,80 €	29,72%	4 459 603,77 €	34,21%
Total	17 867 130,16 €	100,00%	14 812 175,86 €	100,00%	13 465 114,38 €	100,00%	13 036 559,21 €	100,00%

Uma análise à evolução global da despesa paga, no período de 2013 a 2016, permite a constatação, aliás, com causa já identificada na análise à execução da receita, de uma redução do volume absoluto da execução da despesa. Tal causa encontra corpo, essencialmente, no término das transferências inerentes ao último quadro comunitário de apoio.

Conclui-se, com recurso ao quadro n.º 9, que a despesa paga em 2016 se cifrou em 13.036.559,21€, apresentando uma diminuição, relativamente a 2015, fruto essencialmente do decréscimo ao nível das despesas correntes.

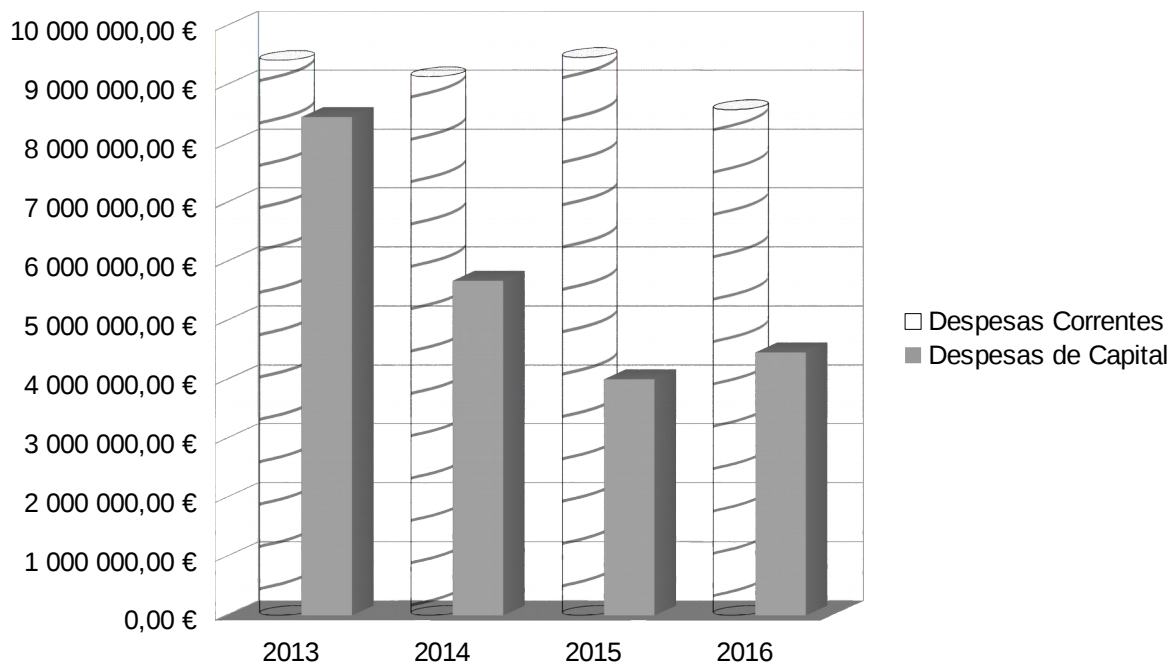
Analisando o global da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 72,77% em relação ao valor total previsto de 17.914.397,13€, para o exercício de 2016.

Da análise aos montantes previsionais, face à execução da natureza da despesa concluímos que a despesa corrente, com um valor previsional de 11.351.788,13€, contribuiu com um peso de 75,56% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a



despesa de capital, com uma previsão de execução de 6.562.609,00€, alcançou um grau de execução de 67,95%.

GRÁFICO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2013 a 2016



Do montante total de despesa executada, 8.576.955,44€ correspondem a despesas de natureza corrente e 4.459.603,77€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 65,79% e 34,21%, respetivamente.

QUADRO N.º 10 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA 2013-2016 POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

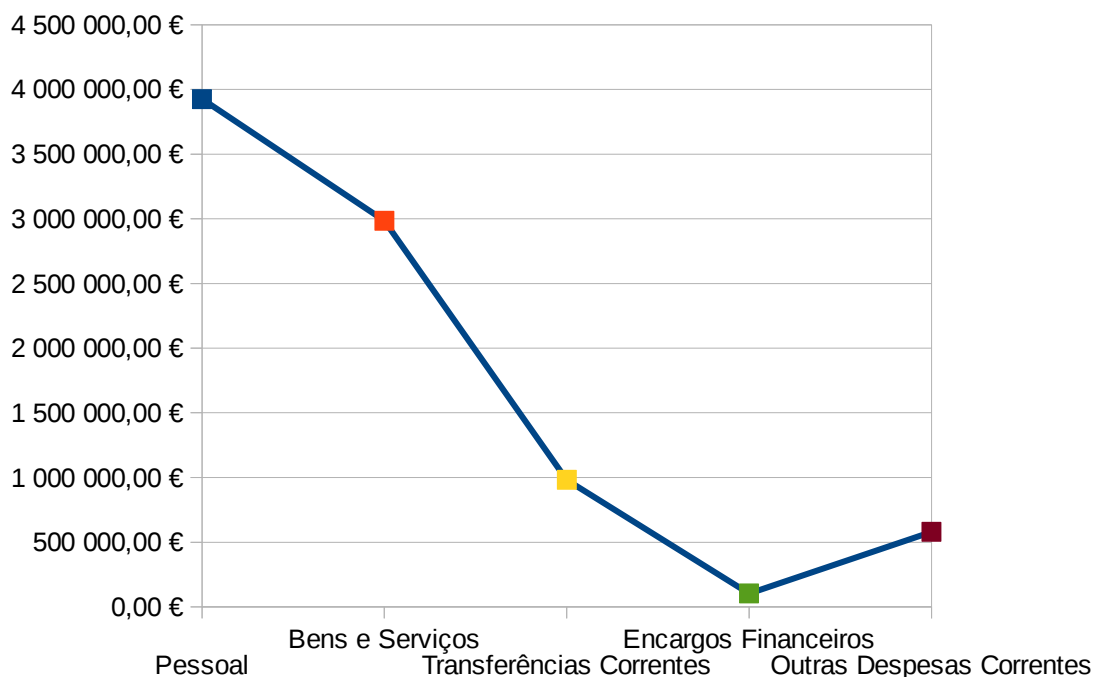
DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA			
	2013	2014	2015	2016
Pessoal	3 989 962,70 €	4 025 192,48 €	3 929 769,14 €	3 925 256,39 €
Bens e Serviços	3 436 918,91 €	3 388 409,55 €	3 361 521,48 €	2 985 582,81 €
Transferências Correntes	717 154,84 €	868 531,98 €	1 041 337,57 €	982 492,10 €
Encargos Financeiros	665 078,20 €	201 203,23 €	164 625,49 €	103 832,67 €
Outras Despesas Correntes	604 994,61 €	652 599,65 €	965 378,90 €	579 791,47 €
Investimentos	6 280 155,66 €	3 206 257,31 €	1 497 417,21 €	2 236 870,87 €
Transferências de Capital	128 492,68 €	95 984,30 €	176 939,49 €	98 156,00 €
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	104 358,00 €	104 359,00 €
Passivos Financeiros	2 044 372,56 €	2 373 997,36 €	2 223 767,10 €	2 020 217,90 €
Total	17 867 130,16 €	14 812 175,86 €	13 465 114,38 €	13 036 559,21 €



Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, isto é, despesas representativas do gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 7.490.630,67 €, o que se traduz num peso de 57,46% face ao montante de despesa paga no ano de 2016.

Ainda assim, todas as tipologias de despesa que compõem a despesa corrente, apresentam um decréscimo quando comparadas com o ano transato.

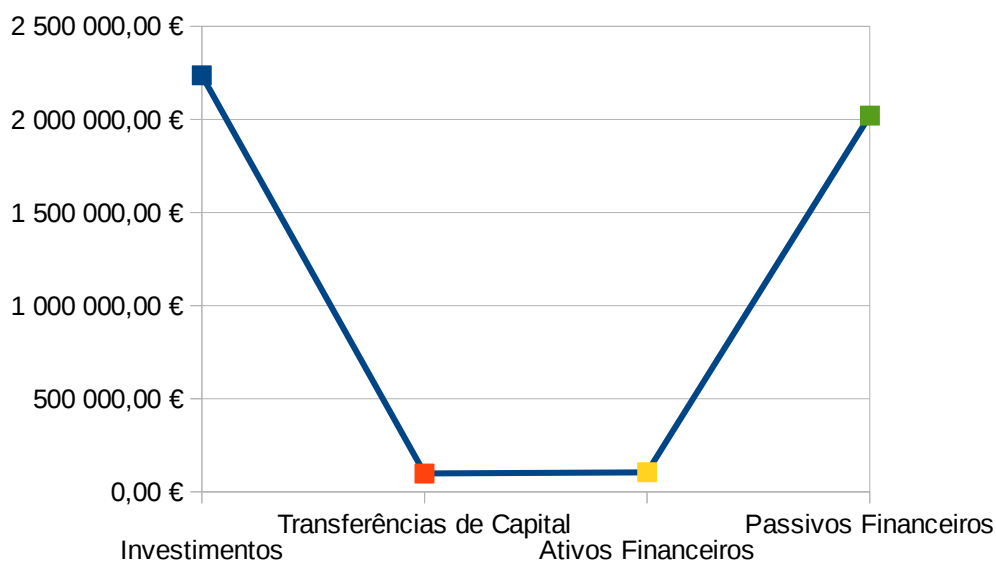
GRÁFICO N.º 5 – EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE EM 2016



No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com os passivos financeiros e a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 2.020.217,90€ e 2.236.870,87€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Salienta-se que as despesas relativas à rubrica de investimento apresentam um aumento face ao ano anterior.



GRÁFICO N.º 6 – EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL EM 2016



7.5 - Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económico e social, suportada em dois documentos distintos, o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI) e o *Plano de Atividades Municipal* (PAM).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural detalhada das despesas de capital, no que se referem às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como sendo o principal eixo de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como a sua execução para esta conta de gerência.

**QUADRO N.º 11 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2016**

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
1.	Funções Gerais	1 337 709,00 €	853 063,47 €	63,77%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 336 159,00 €	853 063,47 €	63,84%
1.1.1.	Administração Geral	1 336 159,00 €	853 063,47 €	63,84%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1 550,00 €	0,00 €	0,00%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	1 550,00 €	0,00 €	0,00%
2.	Funções Sociais	1 323 300,00 €	535 114,15 €	40,44%
2.1.	Educação	486 700,00 €	112 010,17 €	23,01%
2.1.1.	Ensino Não Superior	486 700,00 €	112 010,17 €	23,01%
2.3.	Segurança e Ação Social	20 200,00 €	0,00 €	0,00%
2.3.2.	Ação Social	20 200,00 €	0,00 €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	664 750,00 €	368 514,52 €	55,44%
2.4.2.	Ordenamento do Território	242 400,00 €	205 665,22 €	84,85%
2.4.3.	Saneamento	100 050,00 €	77 799,47 €	77,76%
2.4.4.	Abastecimento de Água	45 050,00 €	26 240,26 €	58,25%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	277 250,00 €	58 809,57 €	21,21%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	151 650,00 €	54 589,46 €	36,00%
2.5.1.	Cultura	43 100,00 €	8 707,18 €	20,20%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	108 550,00 €	45 882,28 €	42,27%
3.	Funções Económicas	1 732 550,00 €	953 052,25 €	55,01%
3.2.	Indústria e Energia	126 750,00 €	39 656,72 €	31,29%
3.2.0.	Indústria e Energia	126 750,00 €	39 656,72 €	31,29%
3.3.	Transportes e Comunicações	1 369 450,00 €	820 647,73 €	59,93%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1 369 450,00 €	820 647,73 €	59,93%
3.4.	Comércio e Turismo	236 350,00 €	92 747,80 €	39,24%
3.4.1.	Mercados e Feiras	3 250,00 €	2 379,26 €	73,21%
3.4.2.	Turismo	233 100,00 €	90 368,54 €	38,77%
Total		4 393 559,00 €	2 341 229,87 €	53,29%

Constata-se, pela observação do quadro anterior, que as funções gerais e as funções económicas são as que maior grau de execução têm relativamente aos montantes executados pelo Município, com uma percentagem acima de 63% e 55%, respetivamente. As funções económicas são as funções financeiramente mais representativas em 2016,



sendo que dentro destas a que apresenta maior relevância, com um valor executado de 820.647,73euros, são as funções inerentes aos transportes rodoviários.

A mais relevante, é a sub-função de administração geral, com uma execução de 853.063,47euros.

Nas restantes funções, são as sub-funções referentes ao ordenamento do território, com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 205.665,22euros que maior relevância apresentam nas funções gerais.

7.6 - Serviço da Dívida

Com o objetivo de avaliar, também numa perspetiva orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita autárquica, apresenta-se o quadro seguinte. Este espelha a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

QUADRO N.º 12 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Un.: Euros (€)

	2013	2014	2015	2016
Juros	125 391,16 €	123 491,20 €	96 402,97 €	69 608,33 €
Amortizações	2 044 372,56 €	2 373 997,36 €	2 223 767,10 €	2 020 217,90 €
Total	2 169 763,72 €	2 497 488,56 €	2 320 170,07 €	2 089 826,23 €

Dívida ML prazo	12 209 431,55 €	9 835 434,19 €	7 611 667,09 €	5 591 449,19 €
------------------------	------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo.

Verifica-se uma forte amortização dos empréstimos com natureza de médio e longo prazo, o que leva por consequência a uma redução do capital em dívida da totalidade dos empréstimos contraídos. Esta situação reflete-se também na diminuição dos encargos financeiros, no que se refere à componente de juros, como se pode verificar no decurso



do quadriénio apresentado no quadro acima.

Com efeito, assiste-se desde 2013 a uma progressiva diminuição da dívida de médio e longo prazo, demonstrando uma aceleração da tendência de redução do serviço da dívida do Município.

De referir, porém, que esta quebra, não obstante a redução das taxas de juro, decorre da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades várias, associado ao facto do Município não ter contratado mais nenhum financiamento.

7.7 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

QUADRO N.º 13 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2015	2016
Rácios da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	29,45%	29,71%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	49,62%	49,26%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	10,92%	10,98%
Receitas Correntes / Receitas Totais	81,84%	78,88%
Receitas de Capital / Receitas Totais	7,04%	5,65%
Rácios da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	41,53%	45,77%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	35,52%	34,81%
Investimentos / Despesas de Capital	37,41%	50,16%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	55,56%	45,30%
Despesas Correntes / Despesas Totais	70,28%	65,79%
Despesas de Capital / Despesas Totais	29,72%	34,21%
Rácios Financeiros		
Pessoal / Receitas Correntes	29,93%	29,84%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	14,46%	12,53%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	138,78%	153,37%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	28,24%	21,13%

Nota:

A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.



Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2016, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2016 é superior em 2.232.879,19€ à soma da despesa corrente paga em 2016 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2016	13 154 554,67 €
Despesa Corrente Paga 2016	8 576 955,44 €
Amortizações Médias Empréstimos	2 344 720,04 €
Total	10 921 675,48 €
Diferença	2 232 879,19 €

7.8 - Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa refletem os recebimento e pagamentos ocorridos no exercício de 2016 estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), neste documento são demonstrados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro que se segue apresenta uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2016.

**QUADRO N.º 14 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA**

Recebimentos	
Saldo da Gerência Anterior	3 189 224,59 €
Execução Orçamental	2 580 438,13 €
Operações de Tesouraria	608 786,46 €
Receitas Orçamentais	14 096 793,37 €
Correntes	13 154 554,67 €
Capital	942 238,70 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	989 320,13 €
Total	18 275 338,09 €
Pagamentos	
Despesas Orçamentais	13 036 559,21 €
Correntes	8 576 955,44 €
Capital	4 459 603,77 €
Operações de Tesouraria	947 518,78 €
Saldo para a Gerência Seguinte	4 291 260,10 €
Execução Orçamental	3 640 672,29 €
Operações de Tesouraria	650 587,81 €
Total	18 275 338,09 €

Da análise feita aos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2016 podemos concluir que o montante obtido pela poupança orçamental alcançada, no valor de 4.577.599,23€ (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes), foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital).

Conclui-se ainda que:

- As entradas de fundos ascenderam a 15.086.113,50€, sendo 14.096.793,37€ provenientes de receitas orçamentais e 989.320,13€ de dotações não orçamentais, isto é, operações de tesouraria.

- Por sua vez, as saídas de fundos somaram 13.984.077,99€, dos quais 13.036.559,21€ resultam de despesas orçamentais, correntes e de capital, e o restante, montante de 947.518,78€, de despesas não orçamentais.



Resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para o exercício económico de 2017 fixou-se em 4.291.260,10€, sendo 3.640.672,29€ decorrentes de execução orçamental e 650.587,81€ de operações de tesouraria, refletindo um aumento de 1.102.035,51€ face ao transitado da gerência anterior.

Poder-se-à repercutir o valor de 3.640.672,29€ no orçamento do exercício contabilístico de 2017, através da realização de uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Anexos às Demonstrações

Financeiras



8. Anexos às Demonstrações Financeiras

Introdução

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.



8.1 - Caracterização da Entidade

8.1.1 - Identificação

Designação - Município de Vale de Cambra

NIF - 506735524

Endereço - Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

CAE - 84113

Regime Financeiro - Autonomia administrativa e financeira

Trabalhadores - 1 de Janeiro de 2016 - 199 trabalhadores: 188 CTTI + 7 CM + 4 Outras Situações

31 de Dezembro de 2016 - 198 trabalhadores: 187 CTTI + 7 CM + 4 Outras Situações

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 22.864 habitantes, de acordo com os censos de 2011. Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.031 eleitores inscritos, conforme resultados das últimas eleições para a Assembleia da República em 2015.

8.1.2 - Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

8.1.3 - Estrutura Organizacional Efetiva

	Data de Aprovação	Data de Publicação	Diário da República
Organização dos Serviços Municipais	30 de junho de 2014	17 de julho de 2014	2ª Série, nº 136



Por deliberação de 30 de junho de 2014 da Assembleia Municipal, verificou-se a Reorganização dos Serviços Municipais, publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 136 de 17 de julho de 2014.

Para efeitos do número 4 do artigo 29º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014 de 20 de junho, por deliberação de 3 de novembro de 2015 da Câmara Municipal e por deliberação de 23 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2016.

O organograma encontra-se em anexo – anexo 4.

8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela legislação em vigor.

8.1.5 - Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

- Vereadores da Câmara Municipal:

António Alberto Almeida de Matos Gomes

Maria Catarina Lopes Paiva

Daniela Sofia Paiva da Silva

José António Bastos da Silva

Elisabete Soares Moreira da Rocha

Nelson da Silva Martins



8.1.6 - Organização Contabilística

Os serviços de contabilidade encontram-se organizados de modo centralizado, na Divisão Administrativa e Financeira, onde todas as operações e registos contabilísticos incorporam a Contabilidade Orçamental e Patrimonial.

Neste sentido e à semelhança do que vem acontecendo, ao longo do ano de 2015, todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação informática utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.* e é neste sistema que se encontram integradas entre si as diversas aplicações contabilísticas, o que contribui de forma assinalável para a garantia da fiabilidade da informação financeira produzida.

Porém, uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado nos últimos anos. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na área financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, continuando a existir apenas a passagem de guias de receita em postos variados.



8.1.7 - Outras Informações Relevantes

Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2016

FEF Corrente - € 5.021.806,00

FSM - € 485.612,00

Participação IRS - € 612.998,00

FEF Capital - € 557.978,00

b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2015 - €1.601.775,21 (conforme execução PPI em 2015)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

- Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços) com período de incidência: 2002/01/02 a 2006/03/24 - ação inspetiva iniciada em 2006/03/27 e concluída em 2006/06/21;

- Inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira (IVA nas atividades mistas do Município) com período de incidência: 2010, 2011 e 2012 - ação inspetiva iniciada em 16 de fevereiro e concluída em 21 abril de 2015.

- Inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira ((IVA nas atividades mistas do Município) com período de incidência: 2013, 2014, 2015 e 2016 (janeiro a julho) - ação inspetiva iniciada em 06 de outubro e concluída em 17 de novembro de 2016.

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.



8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 - Derrogação das Disposições do POCAL

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase de implementação, na ótica de uma verdadeira gestão de atividades, por funções, e cujo processo decorrerá de forma mais ativa no exercício de 2016.

A ausência da Contabilidade de Custos em pleno funcionamento não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

8.2.2 - Comparabilidade

Conforme referido no Relatório e Contas de 2015, efetuaram-se nesse exercício diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de acréscimos e diferimentos e contas da classe 5, o que afetava a comparabilidade nestas rubricas.

8.2.3 - Critérios Valorimétricos

O Município aplica todos os princípios contabilísticos previstos no POCAL.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.



☐ 8.2.3.1 - Amortizações

A partir do exercício de 2015, o cálculo das amortizações passa a ser efetuado numa base duodecimal.

☐ 8.2.3.2 - Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.

☐ 8.2.3.3 - Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros constituídos por partes de capital:

- Avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial no caso das participações na:

VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A.;

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, S.A.;

ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.;

Reiteram-se as informações prestadas no ponto 3.1 do presente relatório, sendo que à data do fecho de contas do Município não foram disponibilizadas as contas finais da participada VCP – Parque de Estacionamento, S.A., pelo que foi mantida a valorização registada em junho de 2016, data das últimas contas disponibilizadas pela participada. Apesar da decisão do Tribunal Arbitral mencionada no ponto supracitado, o parque de estacionamento continua, ainda à data da elaboração do presente relatório, a ser explorado pela empresa VCP, ainda não se tendo verificado a passagem do imobilizado para o município e as receitas inerentes à gestão não dão entrada nos cofres municipais. Apesar de ser política do Município apresentar os investimentos financeiros das participadas relevantes ao Método da Equivalência Patrimonial (MEP), retratando a quota



parte do Capital Próprio da participada nos investimentos financeiros do Município, no que diz respeito à VCP, devido à não apresentação das contas por parte desta entidade à data de 31.12.2016, foram apenas apresentados os efeitos à data de junho de 2016 (última informação disponibilizada).

Verificou-se ainda uma ação administrativa para execução da sentença atrás mencionada, tendo sido encetadas negociações de forma a suspender a mesma, verificando-se já no ano de 2017 um pagamento de 800.000,00euros a título de abatimento do valor inerente à condenação já referida.

Via fax recebido a 3 de abril de 2017, o Tribunal de Contas informou que relativamente ao contrato de financiamento para a execução da sentença (no caso, com um valor de 7.500.000,00euros), o mesmo se deve considerar tacitamente visado.

Assim, decorrem, na data de elaboração do presente relatório reuniões para liquidação da empresa VCP e conseqüente dissolução da mesma.

O desfecho deste processo implicará a anulação da totalidade dos valores provisionados para o efeito (698.322,55 euros), bem como dos valores reconhecidos na dívida municipal (555.517,67euros). Implicará ainda a inclusão do parque de estacionamento no ativo municipal, tomando em consideração as especificidades do POCAL, bem como a anulação do valor correspondente à entrada em espécie do Município na VCP, registado em proveitos diferidos pelo valor líquido de 72.324,00euros.

À data deste relatório, não se encontram apurados os valores associados a todo este processo de resolução do contrato com a VCP no seguimento de sentença e das negociações em curso, nem reconhecidos os efeitos do mesmo nas demonstrações financeiras.

Dada a sua relevância, foi também aplicado o MEP à *AMTSM - Associação de Municípios Terras de Santa Maria*.

- Avaliação ao custo histórico no caso da participação na:
Lusitaniagas – Companhia de Gás do Centro, S.A.;



☐ **8.2.3.4 - Existências**

As existências foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

☐ **8.2.3.5 - Dívidas de e a Terceiros**

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais recai a incerteza de cobrança efetiva.

☐ **8.2.3.6 - Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

☐ **8.2.3.7 - Impostos e taxas**

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito. Em relação aos impostos e taxas, dada a existência de um *gap* de um mês entre o mês de referência e o mês de recebimento, é feito um acréscimo de proveitos dos valores recebidos em janeiro referentes a dezembro.

8.2.7 - Movimentos do Ativo Imobilizado

O Imobilizado Líquido diminuiu face a 2015 (990.261€), totalizando 76.564.164,00€ no final do exercício de 2016.

O Mapa Síntese dos Bens Inventariados consta no anexo 6.



Principais componentes que contribuíram para a variação do Imobilizado Líquido:

Un.: Euros (€)

	SALDO 2016	VARIAÇÃO ANUAL
(+) Imobilizações em Curso	491 021 €	471 539 €
(+) Terrenos (Domínio Público)	8 184 747 €	159 540 €
(-) Outras Infraestruturas (DP)	28 023 825 €	-1 290 270 €
(-) Investimentos Financeiros	2 105 920 €	-130 754 €
(-) Equipamento de Transporte	86 902 €	-19 364 €

Obras concluídas em 2016:

- Construção de Muros de Suporte à Via Pública – Fase 2 (16.826,49€);
- Desmatção e Limpeza da rodovia de ligação Barbeito Cabril (17.265,28€);
- Pavimentação da rua da Videira - Rôge (18.891,53€);
- Construção de Arruamento em Macinhata – Rua do Monte de Macinhata (41.965,11€);
- Construção de Muros em 2016 – 1ª Fase (74.268,90€);
- Requalificação de Jardins de Macieira de Cambra (36.705,23€);
- Pavimentação da Estrada (1378) Calvela – Póvoa – freguesia de Junqueira (47.934,68€);

- Pavimentação da via Ervedoso – Arões (57.637,50€);
- Beneficiação da via Cruzeiro de Vila Chã – Vale Pereiras (64.289,52€);
- Homologação de percursos pedestres (37.502,68€);
- Movimentação de terras na Zona Industrial de Lordelo – Codal (39.656,72€);
- Projeto de desenvolvimento Turismo Ativo - Rio Caima – Centro Desporto Aventura (51.660,00€);
- Execução de Caminhos entre os lugares de Quinta do Barco e Quinta da Peninha e Casal Velide e Vau (89.898,60€).



Contratos de compra e venda realizados em 2016 (os mais relevantes):

Casa Pronta nº 9949/2016

Aquisição do edifício Escolar de Cepelos

Casa Pronta nº 46564/2016

Aquisição do edifício “Antigo Cinema de Vale de Cambra”

Casa Pronta nº 54048/2016

Aquisição de casa de Habitação em Quintã de Baixo – Macieira de Cambra

Registo de Bens Imóveis

Em 2016 foram registados na Conservatória do Registo Predial os seguintes edifícios:

- Edifício do Centro Cultural de Macieira de Cambra e Extensão de Saúde;
- Escola do 1º ciclo de Macinhata;
- Jardim de Infância de Macinhata;
- Escola do 1º ciclo de Areias.

Levantamento topográfico

Conforme referido no Relatório de Gestão de 2015, está a decorrer também um levantamento topográfico, georeferenciado, em todas as freguesias, levado a efeito pelos Serviços de Informação Geográfica, que consiste num trabalho de pesquisa e identificação de todos os imóveis que pertencem ao Município.

Encontra-se concluído o Relatório deste levantamento referente às freguesias de Arões, Cepelos e Junqueira.



8.2.8 - Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões (anexo 7) e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível.

8.2.13 - Bens utilizados em regime de Locação Financeira

- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e adquirido em 2016 pelo valor residual de 1.175,67€.

8.2.14 - Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

- Bem n.º 25852 – Chave da Cidade em estanho (não incluída no Balanço Inicial);

- Bem n.º 25985 – Doação ao Município de máquina de escrever (Princess 300), localizada no Museu Municipal;

- Bens 25986 a 25989 – Doação de livros ao Município, localizados na Biblioteca Municipal, Museu Municipal e Centro Cultural de Macieira de Cambra.



8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são objeto de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público em que é permitida a não amortização nos termos do CIBE.

8.2.16 - Investimentos Financeiros

Nas demonstrações financeiras encontram-se valorizadas pelo MEP as seguintes participações:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 31.12.2016	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2016	RESULTADO LÍQUIDO A 31.12.2016
Município – Empresa de Cartografia e Sist. Informação, S.A.	26 615,56	0,80%	3 352 799,46	3 326 944,70	7 836,67
ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, S.A.	588 631,60	1,13%	61 941 944,00	51 969 552,00	205 838,00
AMTSM – Associação de Municípios Terras de Santa Maria	756 268,27	20%	3 873 705,65	3 781 341,31	-142 275,75

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 30.06.2016	%	CAPITAIS PRÓPRIOS A 31.12.2015	CAPITAIS PRÓPRIOS A 30.06.2016	RESULTADO LÍQUIDO A 30.06.2016
VCP – Parque de Estacionamento, S.A.	0,00	49%	-1 580 959,06	-1 425 148,06	-209 629,68

A participação abaixo apresentada encontra-se valorizada ao custo histórico:

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20 500 000,00	3 895,00	0,02%



8.2.22 - Valor Global das Rubricas de Cobrança Duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no Balanço

Encontram-se registadas em valores a receber brutos, de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, 166.485,75€, para os quais estão constituídas provisões no valor de 155.953,37€.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.

8.2.27 - Provisões e Passivos Contingentes

Conta		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	130.489,29€	25.464,08€	0,00€	155.953,37€
2921	Provisões para Processos Judiciais em Curso	917.000,00€	309.151,00€	0,00€	1.226.151,00€
2928	Outros Riscos e Encargos	774.669,94€	0,00€	76.347,39	698.322,55€

Em 2016 foram feitas provisões para cobrança duvidosa a Clientes, Contribuintes e Utentes no valor de 25.464,08€.

Após uma análise detalhada dos processos judiciais em curso, por parte dos Serviços Jurídicos do Município, as provisões foram reforçadas em 2016 no valor de 309.151,00€, relacionadas com Processos Judiciais que se encontravam pendentes de resolução a 31 de dezembro de 2016.

Encontram-se em curso processos judiciais relacionados com expropriações os quais podem resultar no futuro em encargos para o Município, em resultado das sentenças finais proferidas pelo Tribunal, nomeadamente os associados ao Parque Urbano.



Em 2014 o Município recebeu um conjunto de faturas alegadamente relacionadas com trabalhos a mais e trabalhos imprevistos de anos anteriores, que foram oportunamente devolvidas aos fornecedores por se considerarem como não devidas. Da resolução destes diferendos entre o Município e os fornecedores, poderão resultar contingências que não estamos em condições de quantificar.

Conforme divulgado na Nota 8.2.3.3 deste Anexo, à data deste Relatório não se encontram apurados os valores associados ao processo de resolução do contrato de concessão com a VCP no seguimento da sentença e das negociações em curso.

8.2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial” constantes do balanço

Em 2016 verifica-se um aumento na conta 55 – Ajustamentos de partes de capital em Empresas no valor de 123.390,12€.

Esta variação resulta da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra, S.A (variação no valor de (+) 179.065,93€).

Em 2015 o MEP foi aplicado a contas não assinadas da participada, conforme oportunamente referido no Relatório de Gestão de 2015.

A alteração entretanto ocorrida nos capitais próprios da VCP, resultou no impacto evidenciado no ponto 3 deste Relatório, com a aplicação do MEP em 2016.

Deve-se também à aplicação do MEP à Associação de Municípios Terras de Santa Maria (variação no valor de (+) 9.982,28€) e Ersuc (variação no valor de (-) 66.630,63€).

**Movimentações na conta 59 – Resultados Transitados**

Quadro resumo com os movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL constantes do balanço:

Rubricas	Exercício 2015	Aumentos	Diminuições	Exercício 2016
51. Património	20.788.259,64€	23.390,00€		20.811.649,64€
55. Ajustamento de partes de capital em empresas	1.399.612,39€	435.159,33€	311.769,21€	1.523.002,51€
Reservas:	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
57.1 Legais	1.547.823,90€	56.728,18€	0,00€	1.604.552,08€
57.5 Subsídios	317.785,24€	0,00€	0,00€	317.785,24€
57.6 Doações	210.733,39€	2.925,00€	0,00€	213.658,39€
59. Resultados Transitados	25.163.662,00€	1.077.979,64€	3.185,47€	26.238.456,17€
Sub Total – Classe 5	49.427.876,56€	1.596.182,15€	314.954,68€	50.709.104,03€
88. Resultado Líquidos	1.134.563,50€	1.184.199,35€	0,00€	2.318.762,85€
Total de Fundos Próprios	50.562.440,06€	2.780.381,50€	314.954,68€	53.027.866,88€

Na conta 57.1 - *Reservas Legais* – O aumento no valor de 56.728,18€ refere-se à aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 - *Doações* – O aumento de 2.925,00€, refere-se às seguintes doações:

- 100,00€ da empresa Vicaima - Indústria de Madeiras e Derivados;
- 500,00€ do Novo Banco, SA;
- 50,00€ da empresa Castro & Alves, Lda.;
- 500,00€ da empresa Arsopi - Indústrias Metalúrgicas A.S.P. S.A.;
- 500,00€ da empresa Marsilinox, Ind. Metalúrgicas,Lda.;
- 1.175,00€ da empresa JPM - Automação e Equipamentos Industriais, S.A.
- 100,00€ da empresa M. J. Amaral, Lda.



O Fundo Patrimonial apresentava no final do exercício de 2016 o valor de 53.027.866,88€, dos quais 20.811.649,64€ referentes a património, 1.523.002,51€ referentes a ajustamentos de Partes de Capital e o restante a Reservas.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	271 993,83	=	255 115,53	+	226 877,02	+	-10 841,36	-	199 157,36
32.1	10 105,43	=	0,00	+	10 105,43	+	0,00	-	0,00

8.2.31 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo – anexo 8.

8.2.32 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo – anexo 9.

8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2016 foram efetuadas 17 modificações ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em quinze alterações e duas revisões.

8.3.2 - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:



- Catorze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Nove alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal e duas ao Plano Plurianual de Investimentos.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).

8.3.3 - Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Ver documento de prestação de contas n.º 17.

8.3.4 - Transferências

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 18, 19, 21 e 22.

8.3.6 - Endividamento

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 26 e 27.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Informações



9 - Informações

9.1 - Redução dos pagamentos em atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2016, nos termos do definido no artigo 55º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016 – OE/2016), verificou-se o cumprimento do legalmente exigido, não existindo pagamentos em atraso.

9.2 - Contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)

De acordo com comunicação via email da Divisão de Garantias e Empréstimos da Direção Geral de Tesouro e Finanças relativamente ao contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), importa informar que nos termos do n.º 1 da Cláusula Sexta do Contrato de Empréstimo celebrado no âmbito do PREDE, que o SPREAD final para efeitos da determinação da taxa de juro a aplicar é de 0,500%.

Até 2018, o Município está obrigado, nos termos do n.º 5 da referida cláusula, a manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores: o PMP registado em 2013 ou 40 dias.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2016 foi de 16 dias.

9.3 - Subscrição e Realização da participação financeira no Fundo de Apoio Municipal (FAM)

A Lei 53/2014, de 25 de Agosto aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com o n.º 1 do artigo 17.º dessa mesma Lei, o capital social do FAM é de 650 milhões de euros, sendo representando por unidades de participação a subscrever, entre outros, por todos os Municípios. A realização do capital social por parte dos Municípios teve início em 2015 e o



Município de Vale de Cambra efetuou nesse ano o pagamento de duas tranches no valor de 52.179,00€ cada uma, o que totalizou 104.358,00€. Em 2016, repetiu-se o pagamento efetuado em 2015.

A contribuição para o FAM do Município de Vale de Cambra é, no total, de 730.509,82€, a realizar até 2021.



Município de Vale de Cambra

2

0

1

6

Anexos



Anexo 1 - Mapa das Participações da Entidade



Anexo 2 – Execução do Programa de Apoio à Economia Local



Anexo 3 – Declarações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei 22/2015, de 17 de março



Anexo 4 - Organograma



Anexo 5 - Mapa do Ativo Bruto



Anexo 6 - Mapa Síntese dos Bens Inventariados



Anexo 7 - Mapa das Amortizações



Anexo 8 – Demonstração dos Resultados Financeiros



Anexo 9 – Demonstração dos Resultados Extraordinários



Anexo 10 – Declaração de Responsabilidade